

## Entre distopias e utopias conjunturais: o lugar e o papel das mulheres das cidades brasileiras

### Between conjuncturals dystopia and utopia: the place and the role of women in the Brazilian cities

Yara Coelho Neves, Jéssica de Fátima Rossone Alves\*



#### Resumo

Na perspectiva do mundo capitalista ocidental, a pandemia do novo coronavírus escancarou e potencializou as desigualdades deste modelo de sociedade. Na conjuntura brasileira, em um momento de caos político e econômico, agravam-se as disparidades sociais e a lógica segregacionista do espaço urbano, em um momento no qual anseios utópicos transformam-se em realidades distópicas. Debruçadas majoritariamente sobre escritos de mulheres e observando a atual conjuntura, discutimos as cidades a partir da perspectiva do corpo feminino, que foi historicamente aprisionado e relegado ao espaço privado. Observamos que a relação entre tal aprisionamento e a privatização da terra reflete-se ainda hoje nas cidades e na apropriação destas por nós, mulheres. Ao interseccionar a problemática de gênero com a racial, notamos que as mulheres negras acabam sendo as mais afetadas pela atual estrutura social, pois ocupam majoritariamente os espaços de exploração e subjugação. Nesse sentido, questionamos como podemos nos apropriar dos espaços urbanos, se ainda estamos lutando para nos apropriar de nossos próprios corpos.

**Palavras-chave:** Direito à cidade; cidadania urbana; gênero;

#### Abstract

*From the perspective of the Western capitalist world, the pandemic of the new coronavirus has opened up and enhanced the inequalities of this model of society. In the Brazilian context, at a time of political and economic chaos, social disparities and a segregationist logic of urban space are worsening, at a time when utopian longings are transformed into dystopian realities. Looking mostly at women's writings and observing the current situation, we discuss cities from the perspective of the female body, which has historically been imprisoned and relegated to private space. We note that the relationship between such imprisonment and land privatization is still reflected in cities today and in the appropriation of these by us women. When intersecting gender and racial issues, we note that black women end up being the most affected by the current social structure, since they occupy the majority of spaces for exploration and subjugation. In this sense, we question how we can appropriate urban spaces, if we are still struggling to appropriate our own bodies.*

**Keywords:** Right to the city; urban citizenship; gender.

## Introdução

Nas últimas décadas, o mundo capitalista ocidental vinha se equilibrando em uma tênue corda bamba, flutuando entre promessas de uma utopia – entendida aqui a partir do que nos coloca Chauí (2008), como a visão de uma sociedade futura em que não existam os aspectos negativos da sociedade atual – e apontamentos certos para uma distopia – onde a utopia encontra o totalitarismo, nos levando do sonho ao pesadelo. Foi nesse contexto que, ao processo de mundialização do capital, a partir do final do século passado, integrou-se convenientemente o neoliberalismo, com o discurso de livre-mercado e da meritocracia que favorecem tendências distópicas.

Esse movimento da lógica capitalista chega ao Brasil no fim daquele mesmo século, mas não da mesma forma que nos países centrais, haja vista a condição brasileira periférica na geopolítica mundial. De acordo com Teixeira e Pinho (2019), algumas das principais consequências foram o subfinanciamento, as privatizações, a articulação de interesses públicos e privados e a adoção de transferências condicionadas de renda ao lado dos sistemas universais de proteção social. É neste sentido que se insere o complexo ano de 2020, no qual todos os compromissos, mecanismos e estruturas que vinham sendo construídos com vistas a uma sociedade menos desigual – envolvendo visões de Estado de bem-estar social, de democracia social e cidadania urbana – estão sob ataque.

A sequência de retrocessos que vem sendo vivenciada no Brasil, na institucionalidade democrática, na cultura política e nos direitos de cidadania (...), deixou em todos os atores políticos comprometidos com a democracia social – duramente construída em mais de três décadas – a sensação de fragilidade dessa arquitetura institucional democrática, e a suspeita de que a expansão da cultura democrática que deveria sustentá-la, afinal, não passara de uma mera ilusão (TEIXEIRA, PINHO, 2019, p. 07).

Em 2020, notamos cada vez mais a precarização da exploração da força de trabalho e variadas expropriações. O país é acometido por uma crise econômica e um interregno político com os mais mórbidos sintomas, como já indicava Fernandes (2019), que tomaram proporções assombrosas desde a chegada ao poder de um governo fundamentalista, em 2018, cujo pensamento

conservador e liberal veio embrulhado em um discurso patriótico. Na atualidade, tal governo conduz a crise de saúde pública em decorrência da pandemia do novo coronavírus a partir de uma postura obscurantista e anticientificista.

Foi necessário, então, cobrirmos nossos rostos com máscaras para a contenção do tão temido vírus. Paradoxalmente, concomitante a isso, a “máscara” dos chefes de poderes que prometeram as utopias e entregaram as distopias começaram a cair, tal como as “máscaras” dos já tão debatidos e nunca solucionados impasses urbanos que acometem nossas cidades e que agora, nesta situação extrema, ficaram escancarados.

Em função da atual conjuntura, instituições e movimentos têm se organizado em iniciativas que tentam mitigar os efeitos do momento conturbado, buscando a práxis comprometida para a extinção das desigualdades. Por outro lado, em um momento tão crítico, percebemos ainda a responsabilização individual das pessoas, principalmente daquelas que compõem minorias sociais, no sentido de incentivar uma lógica produtivista e meritocrática que não faz sentido algum ao observar as condições das quais partem, com uma distinção muito bem demarcada de seus papéis na produção e na reprodução das condições materiais do capital.

É nesse nicho de acontecimentos que nos colocamos a pensar sobre as transformações que já ocorreram e as que ainda estão por vir envolvendo as condições nas quais nossos corpos-seres-espaços-coletivos se encontram, particularmente as condições das cidades, questionando, assim como fez Saffioti, (1987, p.116) “por que eleger a cor e sexo como critérios de atribuição de papéis sociais, impedindo que cada um escolha livremente seus campos de atuação?” Sabendo que tal liberdade permeia muito do que entendemos como um futuro próspero, caracterizando assim a utopia, e que a perda permanente dela nos levaria ao quadro de desespero e opressão que caracteriza a distopia, refletimos em um entremeio de sentimentos e possibilidades.

Desse modo, este artigo se apresenta como uma reflexão analítica sobre os acontecimentos mais atuais, e procura abordar utopias e distopias no que se refere ao feminino no espaço urbano com destaque para a atual conjuntura. Evidentemente, alguns aspectos históricos são requeridos para o seu entendimento, portanto são apresentados. Para isso, prosseguimos com uma revisão de literatura focando

principalmente na escrita de mulheres que se debruçaram sobre as questões de gênero, raça e classe e sobre as desigualdades observadas nos espaços de algumas cidades brasileiras. Compartimentamos o artigo em quatro partes, sendo uma esta introdução e outra as considerações finais. Entre ambas, estão as partes que se referem às abordagens das distopias e das utopias, respectivamente. Contudo, gostaríamos de destacar previamente que essa compartimentação nos condicionou a um lugar complexo, uma vez que na conjuntura atual passamos cotidianamente de utopia a distopia. Com isso, reconhecemos que ambas fazem parte de uma mesma realidade a depender da perspectiva a partir da qual se vê.

### **Distopias ou uma ordem recorrentemente estabelecida? O corpo feminino, a raça, o sexo, o capital, o urbano**

Há uma passagem de Simone de Beauvoir (2009, p. 29) que diz que “basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Complementamos que não apenas os direitos das mulheres, mas tudo o que diz respeito aos direitos de grupos minorizados passa a ser questionado. Essa passagem é um perfeito ponto de partida para este artigo, pois no contexto brasileiro mais recente, passou a ser aceitável e, de certa forma, admirável, atacar e perseguir esses grupos, em um movimento no qual observamos direitos humanos serem colocados em xeque, do direito à cidade ao direito ao próprio corpo, especialmente no que se refere ao corpo feminino.

Como dito na introdução, as últimas décadas se caracterizaram pela dicotomia entre promessas político-sociais utópicas, em que todas as pessoas prosperariam; e, por outro lado, ações extremistas que revelaram uma aproximação distópica, como as que costumamos ver em referências literárias e cinematográficas. Consideramos que, assim como nestas últimas, é na distopia que acontecem os questionamentos acerca dos direitos dos minorizados e há uma tentativa de silenciamento e invisibilização de suas lutas.

Obviamente, esta não é a primeira vez na história da humanidade que algo assim acontece. Na verdade, o capitalismo tem o domínio como base de sua formação, particularmente sobre terras e sobre o outro – e ainda mais sobre a outra – o que nos leva a reconhecer sua natureza distópica. Nesse sentido, Silvia

Federici, em *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, fala sobre o movimento de privatização das terras que ocorreu a partir do final do século XV na Europa e do século XVI na América. A autora demonstra que as reformas religiosas foram responsáveis por uma massiva expropriação na Europa, em um momento no qual “os Estados europeus começaram a recorrer à conquista territorial para resolver suas crises econômicas, financiados por ricos investidores” (2017, p. 130-131), e esses mesmos investidores expandiram suas propriedades abolindo o sistema de campos abertos através dos cercamentos, legitimando-se, portanto, como donos dos meios de produção.

Evidenciamos que a particular contribuição de Federici (2017) para além da abordagem sobre os cercamentos e sobre as expropriações confabulados entre Igreja, Estados e os então proprietários de terras na Europa, é que a autora mostra detalhadamente como esse movimento foi particularmente cruel para as mulheres, quando ao não aceitar as ordens impostas, muitas foram acusadas de bruxaria e mortas, queimadas em fogueiras. Isto se estendeu para a América durante a colonização e inclusive ao Brasil, no que Federici (2017, p. 25) chamou de “retorno à caça às bruxas”.

Para a autora, a expropriação das terras afetou substancialmente as mulheres, pois uma vez que a terra foi privatizada, elas encontraram maiores dificuldades que os homens para se sustentarem. Era muito mais difícil tornarem-se trabalhadoras nômades ou pedintes devido à exposição e à violência masculina, principalmente naquele momento em que a misoginia era crescente. Além disso, sua mobilidade era dificultada pela gravidez e pelo cuidado cotidiano com a prole, o que já estava colocado como exclusiva responsabilidade das mulheres naquela época. Dessa forma, as mulheres acabaram cada vez mais confinadas ao trabalho reprodutivo.

Ademais, ao passo em que a economia de subsistência da Europa pré-capitalista ia desaparecendo, a unidade entre produção e reprodução ia se quebrando. Nas novas relações sociais e econômicas estabelecidas, o valor era atribuído apenas à produção para o mercado, enquanto o trabalho reprodutivo deixou de ser considerado como trabalho, a não ser quando realizado para os senhores, fora do lar (FEDERICI, 2017). Essas mudanças sociais, que se perpetuaram ao longo dos anos – e, inclusive, foram reforçadas no século XIX com a figura da dona de casa – acabaram por redefinir a posição das mulheres na

sociedade, emergindo em uma forte divisão sexual do trabalho que influenciou intrinsecamente no modo como as pessoas vivem as cidades. Safiotti (1987) identificou ser corriqueiro nas cidades brasileiras que as mulheres exerçam trabalhos clandestinos, sem garantias trabalhistas, uma vez que estes possuem horários flexíveis, compatíveis com as atividades domésticas.

Juntamente com essas mudanças, ainda no século XVII, as mulheres foram destituídas da autonomia que exerciam sobre a maternidade. Diante de uma grande crise populacional, com a chegada dos invasores europeus ao continente americano, os Estados passaram a controlar fortemente a natalidade, fiscalizando os nascimentos e criminalizando métodos contraceptivos (FEDERICI, 2017). Assim, tendo perdido o domínio sobre a vida econômica/produtiva e sendo vigiadas quanto ao trabalho reprodutivo, as mulheres passaram a procriar contra sua própria vontade “experimentando uma alienação de seus corpos, de seu ‘trabalho’ e até mesmo de seus filhos, mais profunda que a experimentada por qualquer outro trabalhador” (MARTIN, 1987 apud FEDERICI, 2017, p. 180). E mesmo que não possamos reduzir a opressão de gênero à questão específica da família monogâmica, esta tem estreitas relações com o modo de produção capitalista, principalmente no que diz respeito ao controle reprodutivo, conforme afirma Safiotti (2011).

Naquela época, as mulheres já não ocupavam nem mesmo os postos de trabalho que haviam sido tradicionalmente delas, como as parteiras, por exemplo, que foram substituídas por médicos homens. Emergiu a ideia de que a mulher não deveria trabalhar fora de casa e qualquer trabalho executado por uma mulher dentro de casa passou a ser considerado como não produtivo. “Assim, se uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de ‘trabalho doméstico’ ou ‘tarefas de dona de casa’, mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como ‘produtivo’” (FEDERICI, 2017, p.182).

Enquanto esse aprisionamento feminino acontecia na Europa, havia a intensificação do tráfico de pessoas com fins de escravização do continente africano ao americano, cujo trabalho acumulado no sistema de plantation, de acordo com Federici (2017), correspondeu à verdadeira riqueza que tornou possível um modo de produção que não poderia mais ser imposto na Europa. Um das principais críticas da autora (p. 12), inclusive,

é que o pensamento marxiano ignorou “não só o trabalho das mulheres (...) mas o fato de que muitos dos bens consumidos pelos trabalhadores industriais — como açúcar, café e algodão — foram produzidos pelo trabalho escravo empregado, por exemplo, nas plantações de cana brasileiras”.

Nessa perspectiva, Safiotti (1987) afirma que a complexidade da situação de opressão da mulher na atual sociedade brasileira está relacionada ao entrecruzamento de três sistemas de exploração: o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Assim, a constituição das riquezas das sociedades ocidentais está ancorada no aprisionamento da mulher e sua reprodução forçada e na escravização e domínio sobre povos africanos e indígenas americanos. Dessa forma, historicamente, configurou-se como lugar próprio do primeiro grupo, as mulheres, o interior da casa (MONTANER; MUXÍ, 2014), onde se ocupam de afazeres não produtivos; já o lugar próprio do segundo configurou-se como o local de trabalho degradante, braçal, laborioso.

Ao percorreressepequeno históricotraçado até aqui, respaldamos historicamente as reflexões as quais nos propusemos e retornamos ao questionamento de Safiotti, entendendo o porquê de ainda elegermos cor e sexo como critérios de atribuição de papéis sociais na atualidade brasileira. Certamente, os reflexos dessa constituição social são observados frequentemente ainda hoje. Por isso, refletimos sobre como isso se apresenta em nossas cidades.

Na atualidade, é indiscutível a invisibilidade das mulheres nas cidades brasileiras em variados aspectos, principalmente quando se trata do planejamento urbano, o que interfere diretamente na apropriação e no uso dos espaços urbanos pelas mulheres, bem como na sua participação nos processos de decisão sobre esses espaços. Segundo Ferreira e Silva,

O ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos e que predomina a ótica masculina na produção do espaço urbano. O planejamento urbano funcionalista e racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção das cidades aprisiona as mulheres, ao separar os setores comerciais industriais e residenciais, reforçando a divisão do trabalho entre os sexos (2017, p. 05).

A situação é ainda pior quando cruzamos com o recorte racial. Como já dito por Joice Berth (2018), a lógica casa grande e senzala está reproduzida nas cidades, onde pessoas brancas se concentram num determinado lugar e pessoas negras em outro. Sendo assim, é na periferia da cidade que se estabelece a população negra e pobre. Além disso, é também o lugar da mulher independente, negra em sua maioria, mãe solteira e de baixa escolaridade (CORREIA; COELHO; SALES, 2018). Mulheres não brancas têm papel e lugar muito distintos nas cidades brasileiras. Basta observarmos o diário de Carolina de Jesus (2014) e o porquê de a autora ter intitulado as favelas de uma cidade de Quarto de despejo.

Nesse sentido, notamos que o território dito formal das cidades brasileiras tem como base uma cidade reticulada, pensada para homens, brancos, da classe média, que possuem veículo próprio e se deslocam de casa para o trabalho. Todavia, a lógica de uso do espaço pela mulher e, principalmente a mulher negra, periférica, é completamente distinta. O cuidado com a prole, principalmente, mas também com demais membros de seus ciclos de convivência, obrigam essas mulheres a uma outra lógica muito mais complexa que envolve o deslocamento, na maioria dos casos, a pé e/ou por transporte público.

É sabido que a ocupação das cidades pelos corpos femininos e negros cresceu, mas os espaços não se modificaram para acolhê-los. Nossas cidades seguem violentas e perigosas para mulheres e negros, além de austeras aos corpos que não se encaixam nos padrões estabelecidos, e a onda conservadora dos últimos anos contribui substancialmente para isso. O controle dos corpos – femininos, negros, femininos negros – em vários níveis são cada vez mais crescentes e se refletem nos espaços em que habitam.

A partir desse quadro teórico-conceitual, é possível vislumbrarmos as distopias no cenário urbano brasileiro contemporâneo. Além de todo o apagamento e banalização dos direitos humanos – incluído o direito à cidade – na atualidade brasileira, dentro da lógica do capital neoliberalizado, sabemos que a conjuntura é mais cruel para uns do que para outros. Podemos afirmar, portanto, que a precarização no Brasil tem rosto feminino e negro, como defende Diana Assunção (2013), e tal conjuntura certamente pode ser interpretada como uma distopia brasileira.

### **Utopia de espaços democráticos: a luta cotidiana e a voz feminina no espaço urbano brasileiro**

Na esteira do processo de neoliberalização, com suas crises e colapsos, alguns autores, sobretudo marxistas, despontaram na escrita sobre o direito à cidade – conceito em Lefebvre (2001) que rompe com ideia de que somos passivos na constituição do meio urbano em que vivemos, pois, apesar de influenciados, possuímos direitos e autonomia sobre as cidades, constituindo uma força social que reivindica direitos. Na contemporaneidade, Harvey (2014) apropria-se e propaga o conceito, defendendo que vivemos em uma época em que os ideais de direitos humanos, inclusive o direito à cidade, se deslocaram do centro dos debates, e os direitos de propriedade privada se sobrepuseram a todas as outras noções de direito, o que nos revela uma realidade que pende mais para o distópico do que para o utópico. Por outro lado, neste mesmo quadro desponta uma onda do feminismo anticapitalista que promove feminismos mais inclusivos e comunitários. Esses movimentos surgem, por um lado, em resposta a uma percepção que se dá sobre a perda da cidade e da cidadania, e por outro, pelo anseio de estender o feminismo a todas as mulheres, combatendo uma série de relações de opressão e exploração.

Ambas são vertentes úteis para pensarmos a mulher no quadro urbano brasileiro atual, e contribuem com conceitos que remontam aos anseios utópicos de democracia social e de cidadania urbana, que de tempos em tempos eram anunciados, mas que não passam de uma mera ilusão, conforme Teixeira e Pinho (2019).

Ao olharmos para as lutas de classes no espaço urbano, nos deparamos com o pensamento de Lefebvre e Harvey, que trabalharam com ideias parecidas em *A revolução urbana* e *Cidades Rebeldes*, respectivamente. Partindo da hipótese da urbanização completa da sociedade, a realidade urbana e o modo de viver nas cidades passariam a ser vistos como causas e consequências da produção e da reprodução das condições materiais capitalistas. Com isso, seria igualmente a cidade o espaço no qual o capitalismo seria questionado, de modo que a utopia e a possibilidade de revolução se engendrariam no e a partir do urbano. Ao incorporarmos leituras do feminismo anticapitalista, é possível afirmarmos que esse movimento se daria não só na urbe, mas também a partir de uma perspectiva feminista. Uma vez que as mulheres são as maiores vítimas das

crises do capitalismo, também somos as protagonistas da luta para solucioná-las de forma emancipatória, como defendem Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019). Nesse sentido, as mulheres têm demonstrado ao longo da história o seu caráter comunitário, de união e organização em prol de objetivos comuns, uma vez que grandes processos revolucionários na história da humanidade tiveram seu estopim em movimentos femininos.

Contudo, se muitas mulheres se reúnem em reivindicações reconhecidamente justas, tal fenômeno é muito mais difícil quando se trata de alterações profundas em estruturas de poder para além daquelas sobre a condição feminina, pois isso requer uma revisão de prioridades das lutas. Nesse sentido, há algo ainda a ser vencido: o desafio da cidade branca. Para Kilomba (2019, p. 168-169), “a ideia de uma membrana que contenha ou restrinja a negritude torna-se real em bairros negros segregados, onde pessoas negras são alocadas em áreas marginalizadas impedidas de terem contato com recursos e bens brancos”, e é exatamente isso que temos observado na constituição das cidades brasileiras. Algumas autoras já vêm tratando desta questão desde o século passado, como Lélia Gonzalez em Lugar de Negro (1982), entre outras obras, e mais recentemente encontramos pesquisas que confirmam a relação entre segregação urbana, estratificação social e desigualdades raciais e de gênero. É o caso da pesquisa de Gabriela “Gaia” Leandro Pereira, Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus (2015) e Antonia Garcia, que pesquisou as Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d’Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum (2009).

Porém, se a precarização no Brasil tem rosto feminino e negro, como colocado anteriormente, a utopia também tem. Se, por um lado, é nos espaços periféricos e suburbanos que estão as mulheres mais oprimidas e invisibilizadas, é nesses mesmos espaços que está a resistência. A observância da formação histórica do Brasil enquanto Estado – o que apenas apontamos, pois a discussão não caberia neste artigo – nos permite afirmar que assim como o capitalismo surge por aqui apoiado em estruturas coloniais, patriarcais e racistas, é no abalo dessas estruturas que surgem as lutas e resistências. Não à toa, ao traçar a história da resistência nos espaços das antigas capitais brasileiras, Garcia (2009) indica a sequência aldeia, senzala, quilombo e favela. É nessa perspectiva que, consoante com Davis (2017), sabemos que quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta

com ela. Portanto, é nesses espaços que surgem as utopias e a possibilidade de transformação.

Observamos que mesmo em uma conjuntura que tende ao distópico, muitas vezes as mulheres são as protagonistas nas lutas por melhorias em suas comunidades, através de iniciativas como hortas e cozinhas comunitárias, ações artísticas e educativas, acolhimento àqueles em situação de vulnerabilidade social, estando na linha de frente em processos conturbados de luta, envolvendo resistência às forças coercitivas e repressivas governamentais, nas quais não é raro o uso da força física, e até mesmo ocupando cargos políticos de poder.

A exemplo disso, mulheres têm ganhado um lugar de destaque na luta por moradia ao se constituírem como sujeitas de luta, como aconteceu no processo de resistência dos moradores da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, contra as remoções impostas pelo governo municipal para a construção da Vila Olímpica em função dos jogos de 2016. De acordo com Monteiro et al. (2018), o protagonismo feminino ficou evidente, uma vez que as principais lideranças das ações e integrantes da Associação de Moradores eram as mulheres da comunidade. As ações dessas mulheres vão desde a visibilização da luta e denúncia das arbitrariedades dos agentes da Prefeitura, até um trabalho de salvaguarda da história e documentos da construção comunitária do local. Outro exemplo de protagonismo feminino na luta por um território é o caso da 7ª Etapa, no Centro Histórico de Salvador. Diante de um processo de retirada de moradores do Centro Histórico, que se arrastou por toda década de 1990 e início dos anos 2000, um grupo liderado por mulheres fundou a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico em 2003 e conseguiu, junto ao Ministério Público o direito de algumas famílias permanecerem na área (NEVES, 2019).

A força feminina também está em ações de transformação de comunidades através da atuação de diversos segmentos religiosos. A exemplo, Felippsen (2020) narra que no Morro da Providência, Rio de Janeiro, são as mulheres negras da comunidade que articulam as melhorias através das igrejas evangélicas. Essas mulheres são a comunicação das instituições religiosas com a comunidade local, protagonizando as lutas por melhorias. Além disso, podemos citar diversas outras iniciativas como a Favela Orgânica, movimento criado por uma mulher paraibana, que teve origem nas comunidades Babilônia e Chapéu Mangueira, Rio de Janeiro, e que promove o consumo

consciente, a gastronomia alternativa, a compostagem caseira e hortas em pequenos espaços. É aqui que podemos estabelecer um ponto de conflito importante, pois enquanto de um lado os planejadores urbanos seguem resistindo à compreensão da lógica feminina do uso da cidade e tentam manter os controles sobre esses corpos, do outro lado, nitidamente, as mulheres seguem resistindo cotidianamente nesses espaços.

No entanto, a resistência ainda encontra muitos obstáculos e os fatos dos últimos anos comprovam esta afirmação. Entre o golpe institucional e a chegada no poder de um governo fundamentalista e conservador – que doutrina a ideologia da família falocêntrica – lidamos com o assassinato de Marielle Franco, parlamentar do município do Rio de Janeiro, lésbica, negra, que, entre tantas outras pautas dos direitos humanos, também legislava pelo direito à cidade. Partiu de Marielle a proposta para a instituição da assistência técnica pública e gratuita para habitações de interesse social na cidade do Rio de Janeiro, que é permeada por mais de mil favelas. Partiu dela a pesquisa e a escrita que nos mostra a dicotomia do espaço urbano carioca, com foco nas UPP's:

De um lado, uma “cidade mercadoria”, sustentada no lucro, nos grandes empreendimentos e em uma espécie de limpeza da população que não pode ser absorvida, empurrando uma grande quantidade de pessoas para o sistema penal ou para a periferia. De outro lado, um projeto de cidade de direitos (FRANCO, 2014, p. 15).

Marielle acreditava em uma cidade de direitos e carregava em si sonhos comuns a muitas de nós, personificando através de suas lutas as utopias da democracia social e da cidadania urbana. Marielle resistia de modo a representar a voz feminina em um dos espaços urbanos mais atribulados do país, e procurava transformar nossas utopias em realidade. Contudo, na conjuntura atual, na qual Marielle foi forçada a nos deixar e, portanto, perdemos sua voz, sabemos que a realidade se parece muito mais com uma distopia.

Neste momento em que a maior parte dos afetados pela pandemia do coronavírus são as mulheres e a população negra, seguimos assistindo a parlamentares negras sofrerem ameaças de morte, como no caso da deputada federal Talíria Petrone, e a deputada estadual pelo Rio de Janeiro, Mônica Francisco, ambas muito próximas à Marielle. No âmbito das eleições municipais,

vimos candidatas serem ameaçadas, sofrerem atentados, e até mesmo serem vítimas de feminicídio, como no caso da candidata à prefeitura de um município paraense, que foi morta na porta de casa. Ou seja, mulheres que colocam suas vozes em prol de espaços mais democráticos, considerando a extinção das desigualdades de gênero e raça, são constantemente desestimuladas e, eventualmente, silenciadas.

Por outro lado, observamos que mesmo aquelas mulheres que não se expõem diretamente nestas causas, seguem sendo oprimidas e travam uma luta cotidiana. Sabemos, por exemplo, que não receber remuneração por um trabalho é algo corriqueiro na vida de muitas mulheres, particularmente quando se fala de trabalho reprodutivo, outro fato que se evidenciou durante a pandemia. A sobrecarga feminina se agravou com a necessidade de cuidar de mais pessoas e/ou de mais espaços e/ou por mais tempo, sem receber nada por isso, o que reflete um histórico de divisão sexual do trabalho não superado. E, além disso, o que se observa é que a pandemia deixou as mulheres ainda mais suscetíveis e submissas à violência em suas próprias casas. Nesses casos, as mulheres costumam ser, ainda por cima, objeto de chacotas, e como aponta Saffioti (1987, p. 80) “O dito popular ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’ mostra eloquentemente a atitude machista de não tocar na sagrada supremacia do macho”. E se há insegurança e violência dentro de casa, o espaço urbano é uma extensão disso, pois a mulher que sai às ruas está sempre exposta à possibilidade de assédio e/ou estupro – caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher, conforme Saffioti (1987), no qual, na maior parte dos casos, a vítima é culpabilizada pelos atos violentos de outrem.

E como se não bastasse, enquanto isso, somos pegadas com discursos hegemônicos do capitalismo neoliberal que ousam supor que as liberdades individuais e o livre mercado são meios para a abolição das classes, da desigualdade e do privilégio, discurso estampado no feminismo liberal. Nesse sentido, entendemos que

a solução não é apenas colocar mais mulheres nas cidadelas do poder. (...) precisamos lutar com unhas e dentes para sermos ouvidas a respeito de temas que têm sido cotidianamente desprezados como “privados”, como o assédio e a agressão sexual. (...) Entretanto, nossas reivindicações são muitas vezes repetidas por progressistas da elite que dão a elas uma inflexão favorável

ao capital (...). Não há nada de feminista em mulheres da classe dominante que fazem o trabalho sujo de bombardear o país e apoiar regimes de apartheid; de respaldar intervenções neocolônias em nome do humanitarismo, enquanto permanecem em silêncio a respeito de genocídios perpetrados por seus próprios governos (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 90).

Há muitas pessoas da elite com discurso progressista, especialmente na pandemia, envolvidas em atos filantrópicos, redes de cooperação e proteção, e diversas outras iniciativas que beneficiam mulheres em situação de vulnerabilidade social, em variados aspectos de suas vidas, e que defendem o seu empoderamento. Contudo, trata-se de um quadro de cidadania invertida, conforme Teixeira (1985), benefícios destituídos de direitos, temporários, que não vão sanar a raiz dos conflitos que atingem as mulheres brasileiras na contemporaneidade, haja vista todo o histórico de disparidade racial e de gênero no país, além da desigualdade social. São utopias que permeiam a noção de Estado de bem-estar, assistência e seguridade sociais.

O questionamento que fica é: como as mulheres brasileiras, que ainda estão em busca do que seria sua própria [feli]cidade, podem se apropriar do espaço urbano? Na atual conjuntura, chega a soar ingênuo abordar o poder feminino nos espaços urbanos quando na realidade muitas mulheres não possuem poder sobre o seu próprio corpo e nem sobre suas próprias casas. A conjuntura atual mostra que ainda é tempo de tatear utopias de democracia, cidadania urbana, direito à cidade, de não ceder e permanecer em uma luta incessante, cotidiana, no sentido de evitar invisibilização ou o silenciamento da voz feminina. Mas enquanto o corpo da mulher for visto como um espaço a ser apropriado, assim como a terra, não há como a mulher defender um território para além de si, e as utopias seguirão apenas paralelas à realidade.

### Considerações Finais

O atual momento nos oferece a possibilidade de observar o que acontece com o capitalismo e suas estruturas em casos extremos, através do olhar sobre os territórios de perpetuação do capital, do patriarcado e do racismo nas mais variadas escalas, do global à escala do corpo. Nitidamente, o sistema corrobora

para o agravamento das opressões e podemos observar que ele se encontra muito bem consolidado socialmente e espacialmente, dando sinais de que os principais processos de concentração de capital seguem sem adversidades através de suas próprias estruturas.

Todavia, é nas ações cotidianas de luta que podemos enxergar os escapes a este sistema, que se movimentam nos entremeios de sua própria estrutura, ainda que sejam observados apenas em pequenas escalas no que se refere à construção de espaços verdadeiramente democráticos. Ainda seguimos longe de uma mudança radical de preceitos que regem as relações da nossa sociedade, mas é possível perceber que mudanças substanciais vêm acontecendo. Entretanto, questionamos fortemente a forma como tais compromissos de sociedade menos desigual vinham sendo construídos para que, em 2020, diante de uma situação extrema, tantos problemas se escancarassem da maneira como vem ocorrendo.

Nesse sentido, acreditamos que mesmo distante dos ideais utópicos de um espaço urbano democrático, é necessário um fortalecimento de ações cotidianas de luta e resistência que contribua para mitigar as desigualdades historicamente construídas. É importante que consigamos estabelecer frentes de resistências fortes para que possamos alcançar as esferas públicas e, então, fortalecer a luta através de articulações que promovam respaldos legais necessários para apoiar mudanças mais substanciais.

Marielle nos fez sementes. Neste momento, em que vibram em nossos corpos os efeitos mútuos provocados, por um lado pela distopia da perda de direitos (humanos, à cidade, ao próprio corpo), e por outro pela utopia das cada vez mais crescentes lutas pela garantia deles, sentimos a necessidade de nos expressarmos sobre o que está posto. Consonante com Saffioti (1987), acreditamos que ninguém escolhe seu tema de pesquisa, se é escolhido por ele. Assim, nos expressamos aqui como arquitetas e urbanistas, mas também como corpos-mulheres que vibram as opressões de gênero cotidianamente, mas ainda assim buscam contribuir na luta para que a cidade venha a ser “lugar de mulher”.

## Referências

ARRUZZA, C; FRASER, N; BHATTACHARYA, T. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSUNÇÃO, D. A precarização tem rosto de mulher. São Paulo: Iskra, 2013.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Trad. Sergio Milliet.

BERTH, J. As cidades brasileiras não foram projetadas para a diversidade. Casa Vogue, 2018. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Casa-Vogue-Experience/noticia/2018/11/cidades-brasileiras-nao-foram-projetadas-para-diversidade-disse-arquiteta-joice-berth.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CHAUÍ, M. Notas sobre utopia. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 60, n. 1 - Especial, p. 7-12, 2008.

CORREIA, A; COELHO, C; SALES, L. Cidade Interseccional: O Direito à Cidade nas Perspectivas de Gênero e Raça. Observatório das Metrópoles, 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-direito-cidade-nas-perspectivas-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. Trad. Coletivo Sycorax.

FELIPPSEN, C. Vivência no Território, Ações Locais e Representatividade: Curso Formação de Educação Patrimonial “Valongo, Cais de Ideias”. 02 de dezembro de 2020. Notas de aula.

FERNANDES, S. Sintomas Mórbidos: A encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, K; SILVA, G. R. Urbanismo feminista. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17, 2017, São Paulo.

FRANCO, M. UPP – A Redução da Favela a Três Letras: Uma Análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio De Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2014.

GARCIA, A. S. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d’Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GONZALEZ, L; HASENBALG, C. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HARVEY, D. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Trad. Jeferson Camargo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19. 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acesso em 30 nov. 2020.

JESUS, C. M. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, G. Memórias da Plantação. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001. Trad. Rubens Eduardo Frias

MONTANER, J. M; MUXÍ, Z. A cidade próxima: o urbanismo sem gênero. In: Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTEIRO et al. O Protagonismo Feminino na Luta Contra as Remoções do Rio de Janeiro. In: TANAKA, G. et al. (org.). Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a Luta Contra a Remoção. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 288 – 309.

NEVES, Y. C. Amarrar fios, cartografar lugares: Notícias, Política e Cotidiano no Pelourinho. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2019.

PEREIRA, G. L. Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2015.

SAFFIOTI, H. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. A questão da mulher na perspectiva socialista. Lutas Sociais. N. 27. 2011.

TEIXEIRA, S. M. F. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. Cad. Saúde Pública. V.1, N.4. 1985.

TEIXEIRA, S. M. F; PINHO, C E. S. A Desconstrução da Democracia Social e da Cidadania Urbana no Brasil. Textos Para Debate. Fiocruz, 2019.

TV UFBA na íntegra HD - Angela Davis - Conferência Completa em Alta Definição. TV UFBA. 2017, 2h 10min, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=waCyuZZap9I> Acesso em: 30 nov. 2020.

**\*Yara Coelho Neves** é Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: yara.neves@arquitetura.ufjf.br

**Jéssica de Fátima Rossone Alves** é Arquiteta e Urbanista e Mestre em Ambiente Construído pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: jessica\_rossone@outlook.com